

Reservas vão cair mesmo com negociação

BRASÍLIA — Mesmo se o Brasil obtiver um acordo com os bancos privados, as reservas cambiais do país continuarão caindo e chegarão ao final do ano em 3 bilhões 300 milhões de dólares. Isto representa menos da metade do que o Brasil tinha em janeiro do ano passado, na gestão do ex-ministro Dílson Funaro.

— Estamos, na verdade, numa falsa moratória — diz um assessor do governo que participa diretamente das negociações da dívida externa.

Moratória — A explicação é simples: o Brasil vai pagar neste ano, mesmo com a moratória, 9 bilhões 800 milhões de dólares entre juros e amortizações ao Fundo Monetário Internacional (FMI), créditos de curto prazo aos bancos privados e Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). E está deixando de pagar apenas 5 bilhões 300 milhões de dólares aos bancos privados e ao Clube de Paris.

Embora o saldo da balança comercial tenha reagido nos últimos dois meses — a previsão é que atinja 8 bilhões 600 milhões até o final do ano —, o Brasil continua pagando religiosamente a maior parte de suas obrigações. Se não renegociar sua dívida com os bancos, deixará de pagar 5 bilhões 300 milhões de dólares e as reservas podem até aumentar. Com o acordo, estes pagamentos serão retomados em troca do refinanciamento de 4 bilhões 300 milhões de dólares de juros devidos em 1987 e o saldo em moeda forte cairá para 3 bilhões 300 milhões.

— A suspensão do pagamento dos juros decretada por Dílson Funaro em fevereiro não foi uma estratégia de negociação, mas um ato tomado por uma dificuldade de caixa — explicou o assessor.

Por isto mesmo, o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira foi obrigado a partir da estaca

zero para retomar as negociações com os credores e seus assessores consideram que os resultados da primeira viagem da nova equipe econômica do governo aos Estados Unidos foram “satisfatórios”.

— O ministro desfez os mal-entendidos criados pela equipe anterior — afirmou o funcionário do governo.

Setembro — Os próximos passos da equipe de Bresser Pereira já estão definidos. Antes da assembleia anual do FMI, marcada para setembro em Washing-

ton, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o ex-presidente Fernão Bracher, vão reabrir formalmente as negociações com os bancos.

O governo está otimista no sucesso destas negociações porque até lá o FMI já terá concluído o relatório de avaliação do desempenho da economia brasileira que servirá para ratificar o acordo feito em janeiro com o Clube de Paris. A equipe econômica espera um relatório favorável do Fundo, embora saiba que a instituição tem reservas quanto à meta de atingir um déficit público de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1987. Para o FMI, esta meta ainda é alta — maior do que a de 1986, que foi de 2,9% do PIB — e difícil de ser cumprida.

— O fundo aprova 99% do plano macroeconômico e não vai recusar todo o programa brasileiro por causa de uma linha — argumenta.

Salvaguarda — A proposta que o Brasil vai encaminhar aos bancos privados e que está sendo detalhada pelo Banco Central prevê uma cláusula de salvaguardas a ser incluída no acordo. Neste caso, os bancos assumiriam o compromisso de liberar mais recursos ao Brasil se variáveis externas — como uma elevação da taxa de juros ou aumento dos preços do petróleo — prejudicarem o desempenho da economia nacional.

O Brasil também pretende excluir da negociação cerca de 500 bancos que têm pequenos empréstimos ao país, no limite de 40 milhões de dólares. A estas instituições, o governo vai oferecer *exitbonds*, como fez a Argentina. São títulos que os bancos receberiam em troca da dívida, mas resgatáveis somente a longo prazo. Caso esta oferta não seja aceita, o governo pretende oferecer a conversão da dívida como alternativa.

A estratégia do governo é clara: fazer com que a renegociação da dívida fique restrita a cerca de 30 bancos que detêm 85% de todos os créditos brasileiros. Com eles, a negociação será complexa, prevendo a manutenção da taxa de juros interbancária de Londres (*libor*) em 7,5% ao ano, *spread* (taxa de risco) zero e também a opção pela conversão de uma parte da dívida em investimentos.

A proposta brasileira aos bancos credores terá uma cláusula de salvaguarda